

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de 30 de setembro de 2020

Nesta data, reuniu-se por convocação da presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

Censo de população em situação de rua do município do Rio de Janeiro

O presidente do Instituto Pereira Passos deu início à reunião e realizou as seguintes observações:

Presidente Amêndola: Então, essa reunião virtual do mês de setembro de 2020 do nosso Conselho Estratégico de Informações da Cidade pertencente ao IPP. O tema, muito importante, que foi colocado foi da nossa Andrea Pulici, nós pedimos que ela colocasse um tema que eu já estava rezando para que fosse esse mesmo, fruto de uma reunião que fizemos com a Tia Ju na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. Uma reunião muito fértil, muito importante em que foram traçados uma série de dados relevantes para a cidade do Rio de Janeiro no que tange a Assistência Social e a população de rua. Então, a Andrea colocou o tema que eu estava realmente pensando em propor para essa última reunião de setembro. Apresentação, pelo texto que a Andrea me passou, será do nosso Fernando Cavallieri, que é um profissional muito importante do IPP, que a Andrea, no início da gestão já tinha me falado a respeito, que é o Gerente de Pesquisa da Coordenadoria de Projetos Especiais do IPP. E vai ter uma participação extremamente importante, a senhora Viviane Pereira da Silva, Coordenadora de Gestão da Informação. Também a Andrea vai participar e uma participação especial, que eu fiquei muito feliz e satisfeito, da Nilceia Carneiro, um ícone da secretaria municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e foi mantida lá pela nossa tia Ju. Para permanecer cumprindo com suas missões relevantes, que já cumpra há muito tempo. Agradecendo também aos membros do Conselho Estratégico de Informações da Cidade por mobilizar o seu precioso tempo para participar desse tema de relevante importância para a cidade do Rio de Janeiro. É uma área, que em todas as funções que eu tive na prefeitura, lá já vão 11 anos, sempre tive uma ligação estreita com a secretaria municipal de Assistência Social porque trata-se de uma atividade não muito valorizada por todos, porém de extrema importância para a cidade. Quando eu estava construindo a Guarda Municipal na década de 90, a relação era estreitíssima com a SMASDH. E depois, quando eu vim para a SEOP, também ficou uma relação muito forte com essa secretaria cujo papel para a cidade é indispensável. Então, nesse momento, eu gostaria de passar a palavra ao grande profissional que é o Fernando Cavallieri, que vai se encarregar de fazer essa apresentação inicial com a participação da nossa Viviane Pereira da Silva.

Fernando Cavallieri: Boa tarde a todos. Acho que a Andrea quer introduzir algumas palavras.

Andrea Pulici: Boa tarde a todo mundo. Eu acho que a gente está retomando um trabalho que vocês vão ver que nós começamos ano passado, que foi interrompido por conta da pandemia. Na última reunião, a gente conversou um pouco sobre isso. Por isso tentei trazer pro Conselho um pouco mais de todo o trabalho, a metodologia que a gente vem desenvolvendo para a realização desse Censo. Estão conosco no Conselho, representantes da Assistência, da Saúde e a própria empresa contratada, o Alan, que é diretor da empresa está aqui também para que a gente possa, de fato, tirar todas as dúvidas. Eu fico muito feliz por todo o trabalho que a gente vem desenvolvendo. Ontem, nós tivemos uma reunião que foi muito produtiva. Nosso primeiro

trabalho foi ter muita certeza da metodologia que ia usar, depois um decreto instituindo o censo a cada dois anos. O que a gente está fazendo hoje é que através de um grupo de trabalho intersetorial, a gente possa ir melhorando a política pública municipal para isso. Então, o Censo é um pontapé inicial para todo um trabalho desse time grande da prefeitura que está envolvido hoje nesse trabalho. E antes do Nando começar, a apresentação não vai ser muito longa para que a gente tenha bastante espaço para debate, eu vou passar a palavra para a Nilceia, que além de ser a nossa mentora, eu digo que ela é a mãe desse projeto, ela ainda está respondendo pelo expediente da subsecretaria especial porque a nossa querida Dani está de licença maternidade. Então, o trabalho da Nilceia, de fato, tem sido muito exaustivo, mas ela como a capitã da comunidade do inhamé tem conduzido com maestria esse trabalho. Nil, as palavras são suas.

Nilceia Carneiro: Boa tarde a todos e a todas, eu agradeço a oportunidade de ter sido convidada para participar da reunião e a possibilidade de a gente poder falar um pouco da nossa trajetória na organização, elaboração e implementação de um censo para a população em situação de rua. A gente está em um momento muito peculiar, a gente está muito ansioso por isso porque a gente vem trabalhando nessa proposta há bastante tempo. Acho que desde o final de 2018, que começam as conversas a respeito da necessidade de se pensar na organização de uma resposta para a sociedade civil no que tange conhecer quem é essa população que acessa a rua da cidade do Rio de Janeiro. E poder, em bom momento, organizar uma política de atendimento que dê conta dessas necessidades. Então, foi um trabalho desafiador, que a gente pôde contar com o IPP ao nosso lado para essa construção. Tivemos também nessa caminhada a participação intensa da secretaria municipal de Saúde, na pessoa do Hugo, na pessoa da Clarisse e outros membros para essa discussão, para essa elaboração. Para a gente poder chegar ao momento, de levar, se Deus quiser, essa pesquisa para a rua no final do mês de outubro. E que foi feita seguindo todos os preceitos de apresentação para a sociedade civil, para órgãos de garantia de direito, para as próprias equipes das pastas também, que é importante partilhar e ouvir para poder acrescentar as contribuições. E, assim, agora, nós já tivemos na iminência de realizar o censo duas vezes. Em uma a gente não conseguiu, que foi no final do ano de 2019, que não conseguimos uma empresa que executasse, e agora, em março, por conta do decreto da pandemia. E mediante o processo que já estamos vivendo de retomada, a nossa secretária, Tia Ju, junto com o IPP, Coronel Amêndola, Andrea, equipe e a Saúde também, a gente resolve dar seguimento e colocar o censo para ser realizado no final de outubro. Acho importante a gente registrar que é uma devolutiva de suma importância para a população da cidade do Rio de Janeiro, também vai ser um legado que vai ficar, que vai ser um parâmetro para a gente pensar novas políticas, novas propostas. E, de fato, que seja de forma efetiva e eficaz. A gente vai vivenciar um grande desafio, nós temos certeza disso porque ainda estamos vivendo em um processo de pandemia no município, mas com todo cuidado, com toda responsabilidade nós vamos tocar e vamos fazer uma devolutiva inicial e depois vai ter uma entrega de estudo. A empresa, acredito que a pessoa responsável também vá falar um pouquinho. E eu gostaria muito de registrar que a gente precisa poder contar com a colaboração de cada um dos presentes no processo de divulgação dessa metodologia. Porque é o segredo, que a gente acredita, de fazer dar certo. Porque a gente precisa mobilizar as pessoas que estão nessa situação para responder, participar, e nada melhor do que a divulgação. Então, a gente está organizando uma agenda de divulgação intensiva para que a gente consiga lograr o êxito que vai ser necessário. Obrigada e continuo aqui para a gente trocar.

Fernando Cavallieri: Vou colocar a apresentação na tela para que a gente dê prosseguimento. Esse censo de população em situação de rua, hoje, nós vamos apresentar dois aspectos dele, a metodologia da pesquisa e depois as definições de roteiros, que serão feitas pela secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Humano. Quais são os objetivos hoje? Apresentar um pouco a legislação e os conceitos de referência do que seja a população em situação de rua e do nosso trabalho também, retomar os trabalhos do censo que tiveram que ser paralisados por causa da Covid, falar um pouco sobre os parceiros envolvidos e apresentar especificamente, tanto a metodologia da pesquisa quanto a definição dos roteiros de campo.

- Primeiramente, falar sobre esse decreto que cria, institui a política municipal para a população em situação de rua, que no seu artigo quinto diz que um dos objetivos é produzir e contribuir na construção de dados e indicadores da população em situação de rua no âmbito municipal visando a vigilância socioterritorial. Então, isso já está decretado desde 2018. Em 2019, sobre a realização do censo, é feito esse decreto municipal dizendo que caberia a secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, em parceria com o IPP, a realização a cada dois anos, como disse a Andrea, de um censo da população. E, no seu parágrafo único, os dados oriundos do censo balizarão as políticas públicas que serão aperfeiçoadas, desenvolvidas e implantadas para a população em situação de rua.

- Quanto ao conceito, nós pegamos o decreto federal de 2009, a conceituação é um tanto quanto extensa e complicada, então acho que vale a pena ler totalmente aqui. "Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular. E que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória". Então, a gente vê por essa definição que nós adotamos e é adotada em termos nacionais, de que há dois grandes grupos, a população que está vivendo, trabalhando, tirando seu sustento nas ruas e o grupo de pessoas que estão abrigadas em unidades de acolhimento.

- Metodologia da pesquisa: em março de 2019, é criado um grupo de trabalho entre o nosso órgão, IPP, e a secretaria de Assistência para realizar, elaborar o questionário e o desenho da pesquisa. Esse grupo de trabalho promoveu vários encontros com o pessoal da Assistência Social para o alinhamento das abordagens e também para verificação dos desafios que nós iríamos enfrentar. A secretaria de Assistência Social tem um grande conhecimento, expertise no assunto, trabalha diariamente com esse tipo de população e nós, como técnicos de pesquisa, teríamos que conhecer essa realidade a partir deles. Fizemos também esse levantamento prévio de outras experiências, realizadas em outras cidades com o objetivo de verificar o tempo dedicado ao campo ser um fator muito importante porque há duas metodologias diferentes. Uma que prega a realização da pesquisa em um único dia e a outra que prega a ideia de que se deve fazê-la no menor tempo possível. Quais as técnicas para redução da dupla contagem, outro aspecto também muito importante de se levar em consideração. Como se trata de uma população flutuante, que caminha pela cidade, que se desloca e que não temos facilidade de identificação dessa população pelas suas próprias características, temos que levar em consideração alguns elementos de pesquisa para que não haja dupla contagem. Como é que nós vamos regionalizar a cidade, quais foram as experiências, como fizeram para dividir cidade, sobretudo cidades grandes, complexas, de tal maneira que a pesquisa pudesse ser realizada. Quais os questionários utilizados pelas diferentes pesquisas e como se deu também a composição das equipes de campo, como se faz a divisão de recursos humanos para realizar o trabalho de campo. Vimos casos internacionais, No Canadá, no Chile, na Colômbia, nos Estados Unidos, no México. Aqui no Brasil também, no estado do Espírito Santo, São Paulo, Belo Horizonte, havia uma pesquisa nacional também. E, naturalmente, pesquisas anteriores, que já tinham sido feitas no Rio de Janeiro.

- Além das reuniões internas do grupo de trabalho, foram feitas várias reuniões de alinhamento com o pessoal que não participa diretamente do grupo de trabalho. Por exemplo, o pessoal da ponta da secretaria de Assistência Social, várias reuniões foram feitas, inclusive para verificar essa questão dos roteiros, etc. Porque eles trabalham regionalmente, então conhecem as diferentes regiões da cidade. A mesma coisa com o pessoal da secretaria de Saúde do município, com certas organizações da sociedade civil e também com representantes do sistema judiciário, Ministério Público, Defensoria e outros órgãos vinculados. Naturalmente que as cúpulas das secretarias também foram ouvidas e estão trabalhando junto com a gente. Quais os desafios que temos pela frente? E enfrentamos esses desafios ao desenhar a metodologia. Como já dissemos, evitar dupla contagem e cobrir toda a cidade, é um censo, não uma amostra. As perguntas que permitam a construção de políticas públicas, é muito importante. Nós não estamos fazendo um censo acadêmico, é um levantamento que visa a construção de políticas públicas para essa

parcela da população. Perguntas que respondam às demandas da secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Humano, que é o órgão que principalmente cuida dessa população.

- Outro desafio, embora seja uma tendência sempre muito grande dos pesquisadores, como eu, de perguntar tudo no questionário, nós temos que evitar o máximo possível os longos questionários porque eles podem levar a desistência no meio do caminho. Qualquer questionário longo pode ser prejudicial a qualquer pesquisa, com essa população mais ainda. E, naturalmente, os efeitos da pandemia da Covid-19, que é um desafio que ainda enfrentamos presentemente. Para dar uma ideia desse condicionante que temos que é o deslocamento espacial. Aqui, nós vemos um exemplo que o pessoal da geografia, da área, da secretaria de Assistência Social nos ajudou a construir e que você tem, por exemplo, a região A, uma mesma região da cidade em que há interações espaciais muito intensas. Em uma região B também se vê isso, no entanto, as interações espaciais entre regiões são menos intensas. As experiências de anos do pessoal da abordagem, do pessoal que trabalha com a população em situação de rua, nos afiançou esse tipo de situação, que há um predomínio de deslocamento de curta distância mesmo aqui intra região, como também inter-regiões. Esse é o condicionante que temos que levar em consideração ao organizar o trabalho de campo.

- Nossa proposta metodológica principal: cobrir a cidade no menor período de tempo possível. Foi descartada aquela metodologia de realizar o trabalho em um dia só. Nós vimos que no caso do Rio de Janeiro, com os recursos que temos, com as condições que temos não seria adequado fazer assim. Terceiro, dividir a cidade em regiões, precisamos ter em mente que a concentração espacial dessa população, como o pessoal da Assistência Social vai mostrar bem na próxima parte da apresentação, a concentração espacial é bastante diferenciada na cidade. Então, era preciso que a gente fizesse essa espacialização dividindo a cidade em regiões de pesquisa. A ideia também é que a cada dia se faça a cobertura de uma região inteira, no dia seguinte, a cobertura da região fronteira para a qual pode ter havido um deslocamento da população que já foi coberta na primeira região, com isso, nós diminuiríamos também a possibilidade de dupla contagem. Outra coisa importante também é que decidiu-se trabalhar em três turnos, de manhã, à tarde e à noite. Já que às vezes são públicos diferentes que estão em situação de rua em cada um desses períodos do dia. Às vezes a pessoa dorme de manhã e à noite está trabalhando ou trabalha à noite e dorme de dia. Então, precisamos cobrir os três períodos do dia na pesquisa. Para evitar a dupla contagem, além da regionalização da cidade, nós teremos perguntas de identificação das pessoas e faremos cruzamentos dessas perguntas que forma que a gente possa eliminar, se tiver acontecido, um caso de dupla contagem. É lógico que a primeira pergunta que se faz é se aquele indivíduo já realizou aquela pesquisa, mas nós sabemos que às vezes essas pessoas não têm memória boa ou tem problemas de transmitir o que aconteceu. Por isso, a gente vai buscar se cercar de outras variáveis para fazer esse cruzamento.

- Outro mecanismo da metodologia importante é o desenho e atualização de roteiros, o pessoal da Assistência vai explicar muito bem isso e uma decisão bastante importante também nessa pesquisa foi que nós vamos trabalhar com questionários diferentes conforme o público alvo. Nós temos, basicamente, três tipos de situação e três tipos básicos de questionário, eu vou explicar depois. O questionário de rua, o pessoal que está em situação de rua propriamente dito, o pessoal que está abrigado em unidade de acolhimento, tem um questionário próprio para eles e os que estão naquilo que se chama de cena de uso de drogas, aquelas pessoas que estão ali e que muitas vezes não são meros usuários, são pessoas que vivem naqueles locais que, portanto, são considerados também população em situação de rua. O questionário, nós temos uma pergunta filtro que se aplica tanto a situação de cenas de uso de drogas quanto a rua, que é saber se aquela pessoa dormiu, pelo menos um dia, nos últimos sete dias na rua ou na cena de uso na rua. Exceto em casos fortuitos, há casos em que a pessoa bebeu demais e não conseguiu voltar para casa e dormiu na rua, ou perdeu o dinheiro da condução e também teve que dormir na rua ou até esperou muito tempo, passou o horário da última condução e dormiu na rua. Esses são casos fortuitos que nós não consideraremos como população em situação de rua.

- As dimensões pesquisadas, o pessoal que está na rua, que provavelmente será a maioria: idade, raça, gênero, nome social está incluído aí também, a escolaridade, algumas perguntas

sobre trabalho, renda, obtenção de benefício, que estariam na renda, a trajetória desse indivíduo na rua, quando é que ele foi, para onde ele vai, por que ele foi, uma avaliação dos abrigos, mesmo que ele nunca tenha ido para um abrigo, a gente solicita que ele faça uma avaliação dos abrigos da prefeitura, a questão do acesso e uma avaliação dos serviços de assistência social, perguntas sobre a saúde do indivíduo e a utilização dos equipamentos de saúde também e a questão de uso de drogas. Nas cenas de uso, são essas mesmas dimensões, sendo que nós damos um detalhe maior sobre o uso de drogas, já que são pessoas que estão ali nas cenas de uso de drogas. Nas unidades de acolhimento, então, idade, raça, gênero, escolaridade, trabalho e renda, e vence aí a avaliação dos abrigos, é um item muito importante aí, acesso a serviços públicos de assistência e saúde, a sua saúde e também o uso de drogas, como fizemos para a população em situação de rua. Naturalmente, todos os acolhidos aí serão questionados, pesquisados.

- Há dois questionários também que são acessórios, mas importantes. Um é o de observação, no caso em que houve uma recusa do indivíduo ou uma impossibilidade de ele responder por estar alterado psicologicamente, por estar dormindo, esse indivíduo será contado, se o pesquisador perceber que se trata inequivocamente de uma pessoa em situação de rua e ele observará também, e anotará, a idade, ou seja, estimará a idade, a raça e o sexo. Da mesma forma, usando os mesmos parâmetros que são utilizados nos demais questionários. Todos serão contados, mas para esses que não for possível aplicar o questionário, nós faremos uma observação e teremos, pelo menos, essas três informações.

- As crianças menores de 12 anos não podem ser, por mandamentos legais, diretamente pesquisadas. Então, nós vamos, aos responsáveis, fazer um questionário especial com essas crianças menores de 12 anos, considerando a idade, a raça, o sexo, a escolaridade, trabalho, a renda, se houve. E para as crianças maiores de 12 anos, essas serão pesquisadas diretamente com um questionário dependendo da situação que essa criança estiver.

- Pandemia, a pandemia pode ter gerado uma mudança na configuração dessa população que está na rua ou que está acolhida, que é também população de rua. Tanto podem ter surgido novas pessoas como novas causas também. Só como exemplo, pode ser que o indivíduo por estar contaminado seja expulso pelos familiares de sua casa e tenha ido parar na rua, é uma situação que pode acontecer. Situação que não aconteceria antes da pandemia, provavelmente. Nós tivemos que incluir algumas perguntas sobre isso.

- Além de tudo, outras ações sociais que não eram ordinárias podem ter sido realizadas durante esse período com essa população, nós queremos saber um pouco sobre isso também. Essas foram as perguntas que tivemos que introduzir. "Você foi para a rua depois que a pandemia do coronavírus começou?" Queremos marcar no tempo se ele está ali depois que a pandemia começou ou não. Se ele foi depois que a pandemia começou, por que ele foi? Por exemplo, um motivo, soube que estavam distribuindo comida, perdeu o trabalho, outra coisa possível, e não conseguiu mais ficar em casa. A perda de renda também pode ter criado um limite de uma expulsão, perdeu a renda, não pôde mais pagar o aluguel e teve que ir para a rua. E a perda da própria moradia de um modo geral, perdeu a moradia porque onde ele estava morando com a questão da pandemia, ele era de risco e tal e teve que sair de onde estava. Ainda, "você recebeu alguma ajuda em função da pandemia? Sim ou não?". Se ele disse que sim, que tipo de ajuda ele recebeu, o auxílio emergencial federal, se ganhou alimentos, itens de higiene pessoal, máscara de proteção, oferta de lugares para higiene pessoal.

- O material de divulgação que nós já tínhamos preparado, tanto que esse cartaz está com a semana de dezembro, vai ter que ser intensificado com a nova data da pesquisa de campo, não só colocado nesses lugares onde as pessoas costumam se concentrar para que a gente explique claramente como diz aqui, que a prefeitura quer melhorar seus serviços de atendimento. Esse vai ser o mote do trabalho do censo, não apenas para pesquisar, mas para melhorar o serviço de atendimento à pessoa que está em situação de rua.

- Temos que fazer uma sensibilização muito grande também, estamos fazendo já, ontem já houve uma grande reunião com o pessoal da secretaria de Saúde, com os órgãos públicos que lidam

diretamente ou não, mas que eles precisam ficar informados e apoiar esse trabalho. Com ONGs que atuam no setor, com a imprensa de um modo geral, esclarecendo do que se trata, como vai ser feito, com os órgãos do sistema judiciário e com isso a gente espera ter uma mobilização social e institucional para a realização do trabalho, que não é um trabalho simples. Tem uma característica de trabalhar com uma população que é flutuante e que está vivendo em condições adversas para ela e própria e também muitas vezes para os pesquisadores.

- Para garantir que essa pesquisa tivesse uma qualidade bastante grande, a gente, desde o ano passado, tinha decidido com o apoio da secretaria de Assistência realizar uma licitação. Por se tratar de um objeto de pesquisa muito peculiar, muito complexo, nós não quisemos apenas que aquela empresa que tivesse alguma experiência com pesquisa e colocasse o menor preço, fosse a vencedora. Teve que haver também uma concorrência em torno de uma proposta técnica e essas propostas técnicas foram julgadas para se escolher a empresa vencedora. Outra decisão importante também é que os coordenadores de campo serão os profissionais das Coordenadorias de Assistência Social e Desenvolvimento Humano. São pessoas que são profundos conhecedores dessa realidade. Claro que a empresa terá seus supervisores e seus pesquisadores, que vai ser a grande massa de trabalho, mas haverá ainda uma coordenação feita por funcionários da prefeitura, auxiliando e servindo de meio de campo entre o trabalho de campo e alta coordenação do trabalho. A empresa escolhida foi a Qualitec, com quem nós já tínhamos feito um bom trabalho, já entregou seu plano de trabalho. [trecho inaudível] E o contrato dela foi suspenso por causa da Covid-19 e agora será retomado.

- Os próximos passos, essa divulgação e sensibilização, o aprofundamento disso, ampliação disso, o planejamento junto com a empresa, hoje mesmo já trocamos figurinha com o Alan, que está presente também na reunião agora. O treinamento da equipe de campo contratada, que depois de treinada realizará um pré-teste e, finalmente, o início do campo. Temos o cronograma que seria no dia 16 do próximo mês, a entrega dos roteiros fechados para a empresa, roteiros que estão sendo preparados pela Secretaria de Assistência Social, nos dias 19 e 20 realiza-se o pré-teste do questionário, que é um passo fundamental para se calibrar o questionário, fazer eventuais correções. Do dia 26 ao dia 29, portanto em quatro dias, se tudo der certo, realizaremos, então, o censo de população em situação de rua. Muito bem, antes de entrar para a metodologia dos roteiros, eu pergunto ao João. João, você vai apresentar, não é? Você quer que eu saia para você entrar com o seu Powerpoint? É melhor, né.

João Gabriel: Pode ser, o que você preferir.

Fernando Cavallieri: Ok, João. Muito obrigado a todos, então. Estamos aqui para responder qualquer pergunta, qualquer esclarecimento.

Presidente Amêndola: Gostaria de fazer uma perguntinha ao nosso Fernando Cavallieri. Fernando, aqui é o Amêndola, tudo bem?

Fernando Cavallieri: Tudo bem.

Presidente Amêndola: Durante a sua apresentação, que eu gostaria de elogiar muito, foi excelente, aprendi muito com a sua apresentação. Você colocou menores de 12 anos, uma pesquisa para saber trabalho e renda. Me parece que é proibido trabalho para o menor de 12 anos de idade. Mas mesmo assim será consultado as famílias que moram na rua sobre o trabalho e renda do menor de 12 anos?

Fernando Cavallieri: Presidente, embora possa ser legalmente vetado, a gente sabe que na realidade muitas dessas crianças trabalham, né. E, estando na rua. O nosso compromisso é saber o máximo de informações possíveis. É claro que eu acho que não há uma vedação legal de se fazer esse tipo de pergunta.

Presidente Amêndola: Perfeito. Outra questão é o trabalho feito também com suporte da Defensoria Pública e Ministério Público. Como é que esses órgãos do estado estão se portando, estão vendo esse tipo de trabalho importantíssimo que a secretaria municipal de Assistência

Social com essa parceria com o IPP e a Saúde estão fazendo? Como você fala sobre essa participação do MP e da Defensoria? Como eles estão observando isso?

Andrea Pulici: A gente vai falar sobre isso agora nessa segunda parte que fala um pouco, não só dos roteiros de abordagem, como todos esses passos que a gente já deu em relação a sociedade civil e aos órgãos de justiça. E os próximos passos porque a gente está retomando todas essas reuniões. Eu sugeriria que a gente siga com a apresentação e ao final a gente abra essas perguntas. Pode ser?

Presidente Amêndola: Ok, sem dúvidas.

João Gabriel: Eu me chamo João Gabriel, boa tarde a todas e todos. Trabalho na coordenadoria de gestão da informação aqui na secretaria municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. Essa discussão para o desenvolvimento dos roteiros é uma discussão que data desde meados do ano passado e o primeiro desafio que nos foi imposto foi como a gente conseguiria definir previamente roteiros que fossem representativos na incidência espacial da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. Como bem falou o Nando, diferentemente de pesquisas em que a gente tem um referencial fixo, por exemplo, o censo demográfico realizado pelo IBGE, em que o domicílio é o referencial. E, aí, a gente sabe que o agente censitário visitando aquele local fixo, ele vai conseguir desenvolver o seu questionário.

- No censo de população em situação de rua, a gente tem referenciais muito móveis, então o problema de mobilidade espacial permanente dificulta o nosso trabalho e faz com que o desenvolvimento de roteiros para encontrara a população em situação de rua fica ainda mais difícil. O Nando já explicou mais ou menos como resolver o problema da integridade dos registros, o problema das redundâncias e também da mobilidade espacial dos nossos alvos. Nesse slide, eu vou falar um pouco sobre as etapas de implementação e desenvolvimento dos roteiros, mas eu gostaria de dividir essa etapa em dois momentos.

- O primeiro, em meados do ano passado, quando a gente não tinha qualquer tipo de roteiro e com esse desafio do censo que nos foi proposto ano passado, a gente teve que desenvolver uma proposta do zero. Para isso, a gente percorreu essa primeira etapa de levantamento, sistematização e mapeamento das bases de dados que nós tínhamos acesso. Para isso, a gente pegou quatro bases principais. Foram elas a base de roteiro que a equipe de abordagem 24 horas já realizava e realiza diariamente abordagem para pessoas em situação de rua, usamos como base para o nosso roteiro, também utilizamos a base de ouvidoria, de chamados do 1746 pela população. É importante destacar os diversos olhares que o nosso produto contempla, não só o olhar especializado dos profissionais de Assistência Social, mas também contamos com o auxílio e as informações colhidas através de chamados feitos pela sociedade civil. Também utilizamos a base de cenas de uso, fornecida pela secretaria municipal de Saúde e, por fim, a gente utilizou um instrumento que a gente denominou de levantamento prévio. Nada mais é do que um formulário simples que você poderia colocar no seu celular ou no seu tablet que a gente distribuiu para os profissionais da Assistência Social de diversos setores, à medida que eles estavam em campo, eles respondiam apenas três perguntas, o turno que ele verificou a presença de população em situação de rua, o local e a quantidade de pessoas.

- Com essas quatro bases, a gente conseguiu um total de 4054 registros e, a partir disso, a gente desenvolveu uma proposta primeira de roteiro. Com base nessa proposta, a gente pulou para a segunda etapa que foi a qualificação dessa base de roteiros. Foi um esforço tremendo de mobilização de equipes, ao todo foram 10 encontros, 10 oficinas que a gente realizou com profissionais, com mais de 100 profissionais da Assistência Social em que os roteiros inicialmente propostos foram validados. Então, eles sinalizaram “aqui vocês informaram que tem população de rua, mas, na verdade, essa família não se encontra mais lá” ou a gente tem uma outra situação que não foi mapeada. Ao longo de diversos meses, foi um processo demorado e complexo, a gente chegou em um resultado que entendemos ser o final.

- Aí, pulamos finalmente para a terceira etapa que foi a implementação do que a gente chamou de mapa digital de roteiros de população de rua na cidade do Rio de Janeiro. Que nada mais é

que um aplicativo web que foi disponibilizado para os profissionais de Assistência Social de modo que eles conseguem atualizar permanentemente os roteiros. A gente entende que a população em situação de rua é dinâmica e principalmente agora por conta da pandemia esse cenário se modificou ainda mais. Por isso, aí eu entro no segundo momento, que foi a retomada das nossas conversas agora, mês passado, para, de fato, conseguirmos realizar o censo de população em situação de rua no final de 2018. Só que nós deparamos com um problema. Primeiro, entendemos que os roteiros desenvolvidos no início do ano sofreram diversas alterações por causa da pandemia. E nós tínhamos o desafio de atualizar esses roteiros, no entanto, com um prazo muito apertado, de modo que a gente não conseguia lançar mão de todas aquelas bases que utilizamos para a realização do desenvolvimento do roteiro proposto. Nós pegamos os roteiros que já existiam e aplicamos mais uma vez o instrumento que a gente denominou de Levantamento Prévio Onda 3. Aquele mesmo formulário, contendo 3 perguntas, informando o turno e a localização das pessoas, foi fornecido para diversos profissionais da assistência social e esses profissionais ao longo de 1 semana foram a campo para colher essas informações para subsidiar a atualização dos nossos roteiros. Esses registros vão ser incorporados naqueles roteiros preexistentes e semana que vem a gente vai disponibilizar, para os profissionais, o mapa digital dos roteiros atualizados já contemplando essas informações do levantamento prévio que eles coletaram semana passada. São dados mais recentes. Os levantamentos prévios tiveram vários momentos que eles foram aplicados, onde tiveram 3 ondas. Sendo que a terceira a gente aplicou semana passada.

- A regionalização que foi um pouco falada pelo Nando e aqui eu retomo. Quando nós fomos apresentar o produto final para a empresa que vai realizar o censo de população em situação de rua, não vamos apenas apresentar a base de roteiro com os respectivos atributos: o turno e a localização. Vamos informar uma grade em que cada uma das células apresentam uma numeração. Com essa numeração que o profissionais vão a campo realizar o censo de população em situação de rua.

- É a mesma aplicação das macro regiões e a simbologia está por dias de realização do censo. A AP1 vai ser percorrida ao longo do primeiro dia. Depois Zona Sul e Barra serão no segundo. O terceiro dia será a área em roxo. E por fim, a área em vermelho/alaranjado.

- Há uma discrepância muito grande nos tamanhos das regiões, mas é importante destacar que isso se dá devido a diferença da densidade de roteiro em cada uma dessas regiões. Então, por exemplo a AP1 que é a menor região dentre as quatro, é a mais densamente povoada e vai exigir um esforço maior para percorrer todo esse território. Por exemplo no quarto dia, temos um território muito grande, mas pontos específicos que nos foram sinalizados utilizando esse cronograma.

Andrea Pulici: A nossa primeira premissa era ter certeza da metodologia mais adequada para o Rio de Janeiro. Pelo tamanho e toda complexidade. Fizemos questão de não utilizar recursos próprios e fazer a contratação de uma empresa especializada que fez o censo de São Paulo ano passado. E um grande ganho que tivemos nesse ano foi toda a informatização de todos os dados da Secretaria de Assistência Social. Então nós, não só hoje, temos todo o trabalho da abordagem, dos dados do CAD Único e do levantamento georreferenciados, como esse desenho de aplicação e de metodologia que fizemos. Eles permitem que diariamente esses roteiros sejam atualizados. Isso significa que, quando estivermos em campo, estaremos com o roteiro mais atualizado possível. Esse ganho para a prefeitura é enorme. Para além do dado do censo, vamos poder acompanhar toda a evolução dessa população pela abordagem. Todo esse trabalho está sendo desenhado. Desde os questionários, como todas as bases de informação dentro do SIURB. Essas empresas vão utilizar o SIURB como receptáculo dessas informações.

Pedro da Luz: Nós estamos desenvolvendo na UFF um trabalho na extensão da universidade, que envolve uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional do Governo Federal. Essa parceria é para a regularização diária e envolve vários municípios da Zona Leste Metropolitana. Então envolve Niterói, a favela do Sabão, Itaboraí, Magé e parcelas expressivas da periferia da cidade do Rio de Janeiro. A gente tem tido uma demanda que me parece bastante particular. Em Itaboraí e Magé existe uma demanda muito grande de imóveis que passam a

semana inteira fechados. E é demandado que nosso questionário seja passado no sábado e no domingo, pois durante a semana essas pessoas não estão em casa. Existe uma população que dorme no trabalho e por volta de 15% assume que dorme nas ruas do Rio de Janeiro. É interessante que existem pessoas que vão à Campo Grande e Santa Cruz. Isso me impressionou bastante, pois é uma população de rua que tem domicílio, mas está na periferia e ela não tem condições de fazer o movimento pendular de volta todo dia. Portanto, há questões mais variadas possíveis. É sintomático que, por exemplo, na favela do Sabão, esse percentual é muito baixo, mas tanto Itaboraí e Magé ainda é alto e isso é muito recorrente.

Andrea Pulici: Isso tudo sempre foi levantado. Existe uma série de fatores. Então o questionário foi pensado com vários filtros. Ele é robusto suficiente para que a gente possa identificar quem fica na rua, dorme, mas tem residência ou quem de fato é população em situação de rua. Uma coisa importante é quando a gente fizer a faixa do Centro, junto do questionário da população que está na rua, também está aplicando em uma população que está no abrigo ou no hotel do Centro. Então o nosso grande aprendizado foi a capacidade que a assistência teve de nos mapear diversas possibilidades que acontecem diariamente na rua e em função disso fomos criando todos esses mecanismos. Tanto o do georreferenciamento, como os filtros dos questionários para que a gente possa fazer essa pesquisa. Então teremos uma contagem de todo mundo que está na rua, mas conseguiremos diferenciar quantas pessoas estão na rua por conta desse movimento casa-trabalho ou de fato a população que mora na rua, naquele momento da pesquisa.

Nilcea Carneiro: Eu acho que é importantíssimo enfatizar que a construção da metodologia do censo, vai trazer para nós várias respostas para conhecer o perfil dessa população que ocupa as calçadas, as ruas e praças do município do Rio de Janeiro. Essa questão das pessoas que dormem e trabalham durante o dia, é uma questão presente que podemos observar de segunda a quinta, fazendo um recorte na cidade. Enquanto sexta, sábado e domingo já é um outro redesenho. Então como pensar propostas sem nós minimamente quantificarmos? Isso era uma das perguntas que fazíamos o tempo todo no processo de construção. Quando estamos falando dessas pessoas que trabalham e dormem na rua, também estamos conversando a respeito das pessoas que ocupam a cena diurna e possui alguns movimentos sazonais, dependendo do que está acontecendo na cidade. A população que ocupa a cena pode aumentar ou diminuir. São fatos que podemos estabelecer uma conversa mais ampla, de elaboração de política, de discussão intermunicipal, quando conseguimos minimamente quantificar para poder ser apresentado e pensar em uma efetividade. Eu acho que vai ser um grande desafio o processo de elaboração, de construção e de pensar propostas para rompermos com esse ciclo.

Pedro Cascon: Uma questão que eu queria levantar é dessa população de dia de semana que eu já observei. Quem trabalha no centro da cidade nota que de segunda a quinta está totalmente lotado, sexta diminui e sábado tem pouquíssimas pessoas. Essa população diminuiu muito também na época do vale-transporte. Outra questão que eu queria apontar é a do usuário de crack, pois eles andam em bando e possuem casa. Outro ponto é a dos novos moradores da pandemia que cresceu muito, devido ao aumento do número de pessoas que foram despejadas de casa. E, por fim, a última questão que eu queria chamar atenção é de que existe o mercado imobiliário nessa história. Existem pessoas que querem alugar vagas para ficar na rua.

Nliceia Carneiro: A gente mapeia algumas situações nesse cenário da rua. Um exemplo é essa questão de pessoas que costumam permanecer no mesmo ponto e que decidem fazer um espaço de relação com a rua. Realmente essa venda do espaço seguro na rua também é uma situação que é presente, pois se cria uma relação que estabelece que aquele é o melhor local. Isso também procede a partir de um momento que eles têm uma resistência muito grande em aderir a proposta do acolhimento institucional, criando informações para desqualificar esse serviço. E acaba se perpetuando que aquele espaço é o mais seguro, que é um espaço de convivência, que ali eles podem estabelecer vários tipos de relação. Quando pensamos no censo, pensamos em desconstruir um pouco esse imaginário que essas pessoas trazem podendo ouvir a opinião sobre o espaço de acolhimento. Existe uma cultura fortíssima de pessoas que nunca acessou o serviço, desqualificando de todas as formas a prestação que é

realizada. A gente sabe que tem algumas falhas. Estamos em processos de readequação e qualificação das equipes para que a gente consiga avançar nessa prestação de serviço, mas é uma concepção de desconstrução de um trabalho que viemos qualificando a cada dia.

Andrea Pulici: Grande parte do questionário da cena de uso foi produzido pela equipe da saúde, pois eles precisam de toda a informação necessária para que possam aprimorar os seus dados.

Romualdo Pereira de Rezende: Nas experiências que eu tive com a Secretaria de Assistência Social, através do IBGE, foi feito um teste sobre o levantamento de moradores de rua. Durante isso notei a expertise de abordagem que eles têm. Existem pesquisadores que são treinados em pesquisas domiciliares. Quando falamos em uma equipe de 150 pesquisadores, a assistência social terá condições de apoiar a cobertura em sua totalidade?

Andrea Pulici: Quando falamos em 150 entrevistadores, além de estarem entrevistando pessoas em situação de rua, eles estarão entrevistando a população que está nos abrigos em 3 turnos; manhã, tarde e noite. E para além da equipe de assistência de abordagem, que estará junto fazendo essa cobertura dos principais locais, nas cenas de uso, teremos o pessoal do consultório de rua.

Nilceia Carneiro: Nós estamos nos organizando para conseguir fazer essa ponte junto com os entrevistadores e consigamos ter êxito. Também estamos em um processo de intensificação junto à sociedade civil, às pessoas voluntárias, às instituições religiosas e às pessoas que convivem no contexto da rua para que nos ajude a divulgar esse processo. Quanto mais e melhor divulgado for, a gente acredita que vá facilitar o acesso para a realização da pesquisa. Nós nos preparamos também para aqueles casos de pessoas que não conseguirmos entrevistar: teremos um questionário de observação. Mas o nosso propósito maior é ouvir o que essas pessoas têm para nos trazer de informação. Por isso, nós fizemos esse recorte de estar na rua manhã, tarde e noite; nós iremos fazer panfletagem nos territórios; divulgação de audiovisual; e vamos tentar, ainda, veicular essa informação na imprensa.

Jailson: A primeira coisa que eu queria frisar é o reconhecimento da excelência do IPP, a capacidade que o IPP tem de estar produzindo esse tipo de pesquisa, de servir efetivamente como subsídio para as políticas da prefeitura. Aproveitando, gostaria de falar para o Coronel Amêndola – que não conhecia o Nando – que o Nando é patrimônio do IPP e foi elemento fundamental para tornar o IPP nessa última década um centro de produção de informações de excelência para a nossa cidade. Então, certamente, a presença dele nesse censo é mais uma garantia – junto com toda a equipe – de que ele vai se realizar com toda a excelência possível. Quero reiterar também que a função fundamental desse censo é servir aos moradores em situação de rua. Uma preocupação grande que eu tenho é com a chamada pedagogia da monstrualização, que é quando a gente tende a ver algumas pessoas – morador de rua, travestis, transexuais, usuários de crack – como se eles fossem descartáveis. E, certamente, uma das maiores violências que existem em uma sociedade seja ela permitir que pessoas possam estar nessa situação. Enfrentar esse problema me parece que é uma questão urgente, que coloca em questão nossa própria condição civilizatória. Eu me lembro de um documentário feito pelo Redes da Maré, nas cenas de uso, o “MEU NOME NÃO É CRACUDO”. Então, a própria terminologia acaba determinando para que a gente trate pessoas de uma forma negativa e descartável. Esse processo de monstrualização é um desafio que todos nós temos que enfrentar todos os dias. Então, essa pesquisa também precisa levar em conta como ajudar a humanizar essa população em situação de rua, como ajudar a reconhecer que essa população demanda contribuição da sociedade. Eu tive uma preocupação grande em relação a própria pesquisa em si: a primeira a Andrea já falou, do trabalhador de rua versus o morador em situação de rua. Porque nós temos situações bem distintas, existem famílias que estão na rua e que têm uma situação regular, têm casa, o grande problema é essa questão da circulação pendular, então acho que a Andrea já esclareceu isso. Tem ainda a questão das pesquisas anteriores, eu quero saber se vai haver algum tipo de cotejo. Na última pesquisa, tinha um dado fundamental – não sei se a Andrea lembra – que dizia que 40% dessa população em situação de rua era egressa do sistema carcerário. Me parece uma questão muito importante ter proposições em relação a esse público específico que está na rua porque não tem, efetivamente, meios de estar em algum outro espaço

por conta desse processo de criminalização da sua origem. Outra questão que também é importante é o núcleo familiar, é preciso entender esse conceito de família, quem é família para essa população que está na rua, qual a referência que se tem de moradia. A compreensão dessa dinâmica é fundamental para oferecer alternativas para essas pessoas. Outra questão que me preocupa é saber se é possível aprofundar essa investigação, já na perspectiva da humanização, fazendo registro em vídeos e fotografias, tentando produzir algum tipo de documentário, aproveitar essa experiência para produzir algum tipo de material que ajude nessa humanização. E, por fim, a questão sobre se é possível tentar fazer algum tipo de grupo focal e de entrevistas mais estruturadas. Aproveitar essa oportunidade para fazer alguns relatos de vida seria fundamental para fazer registros que ajudassem a compreender esse tipo de fenômeno.

Andrea Pulici: Você trouxe alguns pontos muito pertinentes. É importante fazer com que essa população entenda o porquê ela está sendo entrevistada e pra quê. Então, para além da equipe de abordagem estar lá nos dias do censo para fazer essa aproximação, o que a gente vem tentando desenhar é uma conscientização na semana anterior dessa população e da cidade de que esse censo vai acontecer e mostrar em que dias será realizado e por que ele está sendo entrevistado. É importante que ele se sinta participante desse processo. A questão do grupo focal e do vídeo e de relatos de uso, quando nós estávamos começando a pensar na questão de identidade visual, nós nos deparamos com vários projetos de educadores sociais que trabalham nesses territórios há muitos anos, então existem materiais riquíssimos na secretaria. Mas eu acho que vale a pena a gente pensar na sua sugestão, pensar em como a gente consegue humanizar esses resultados. Em relação à pesquisa de 2013, nós temos um problema que é a questão da história, dos arquivos, da base de dados que a gente não tem. Nós tivemos acesso a todos os resultados da pesquisa através de relatório de papel. Então, desde o início a gente fez questão de fazer todo o levantamento via Siurb justamente para isso. É uma premissa que o IPP tem, que é essa memória da cidade, seja quando você faz uma pesquisa própria, seja quando você faz uma contratação para uma pesquisa. Então, todo o material do censo, toda a pesquisa, toda a metodologia vão estar armazenados no Siurb, isso é muito importante. Eu não consigo tabular 2013 a 2020, simplesmente porque não temos a base de dados de 2013. Então, eu consigo fazer algum tipo de comparação do dado porque eu tenho o relatório, mas a base de dados eu não tenho.

Nilceia: Se a gente organizar, é possível fazer esses espaços de troca de informação. De todos esses anos que eu atuo com população de rua, uma das experiências mais intensas foi a abertura do abrigo emergencial, durante a pandemia, no Sambódromo. Ouvimos várias histórias, tivemos vários retornos para a família, então foram momentos intensos dos quais temos registros dessa possibilidade de diálogo, dessa troca.

Jailson: Eu só queria lembrar duas coisas: primeiro essa questão de estar no questionário, de alguma maneira, essa remissão à origem, a passado prisional, eu acho que é uma informação importante. A segunda questão é fazer essa distinção entre quem está na rua de uso, de fato, e quem, ainda que precária, tem uma moradia na rua.

Cezar Kirszenblatt: Uma das perguntas que eu ia fazer – e o Jailson já tocou no assunto – é se o questionário prevê a origem de alguma unidade prisional, tanto na população adulta quanto na população juvenil; outra questão é se pretende saber quanto tempo reside na rua e se tem uma expectativa de saída; e um dado mais qualitativo: se eles conhecem histórias de pessoas que superaram. A outra questão é a relação com os agentes de segurança, públicos e privados, e em relação ao trabalho, como conseguem o mínimo de renda, se é através de doativo, esmola, etc. Um ponto de reflexão é em relação à pesquisa no Centro. O Centro está completamente mudado por conta do fechamento dos estabelecimentos, etc., então talvez essa população migre para outras áreas da cidade, Zona Sul, Zona Norte, porque, efetivamente, o Centro está morrendo em função dessa política de home office, etc.

Nilceia: Eu acho que é importante a gente sinalizar, com o fechamento de muitos espaços no Centro e em outras regiões, que a gente pode perceber e sentiu um aumento dessa população se estabelecendo ao longo de alguns espaços que estavam desocupados nesse período. A partir do processo de retomada da cidade, o processo de organização dessa população vai acontecer

novamente. Aonde a gente sentiu essa presença foi: nos espaços que tinham grande movimentação de pessoas e deixou de ter, houve aglomeração de pessoas em situação de rua. E, curiosamente, nesses espaços de grande concentração houve um processo de organização para atender essas pessoas. Criou-se uma rota de atendimentos, com horários de atendimento. É importante ressaltar que a gente, na prefeitura, dentro da proposta de atendimento, conseguiu viabilizar o acesso dessa população à documentação necessária para obter o auxílio emergencial.

Fernando Cavallieri: Essa pergunta que você fez sobre tempo de permanência na rua está no questionário. Você perguntou também sobre renda, existe uma pergunta específica no questionário sobre isso, tanto de trabalho quanto de obtenção de renda. Há uma pergunta também sobre o que a pessoa espera, principalmente no que diz respeito ao uso de drogas, sobre o que falta para ela sair dessa situação. Em relação à pergunta sobre o sistema prisional, não está no questionário mas é uma contribuição muito interessante.

Andrea Pulici: Tem uma parte do questionário que a gente pergunta sobre o atendimento, se eles já foram abordados, e a gente coloca várias instituições.

Roberto Medronho: Eu queria saber se a Qualitest foi capacitada para manter os protocolos de segurança em relação à contaminação do SARS-Cov 2 durante a abordagem da população de rua. Eu queria saber também se é possível traçar alguma trajetória desses indivíduos, porque eu acho que essa trajetória podia dar uma pista sobre algumas questões que pudessem ajudar nas políticas públicas para essa população.

Andrea Pulici: Na prefeitura, a gente teve a suspensão de alguns serviços durante a pandemia, mas que, aos poucos, foram voltando. E muito por conta da experiência do programa Territórios Sociais, a gente vem adotando todas as medidas extremas de segurança: o uso de álcool em gel, máscara e de faceshield. A gente, inclusive, tem conseguido manter todo o protocolo de atendimento do programa, como a entrega de cestas básicas e de kits de higiene, sem nenhuma contaminação porque a gente vem seguindo rigorosamente todas as medidas.

Nilceia: No processo de realização do censo, nós elaboramos normas técnicas, em parceria com a Saúde, para garantir a proteção da equipe e da população que a gente atende. Isso porque nós temos a consciência de que ainda estamos no processo da pandemia e é necessário todo o cuidado nesse momento. A primeira coisa que a gente faz durante o atendimento é entregar a máscara de proteção para a população de rua. Se no processo de atendimento, a gente percebe que a pessoa está com algum dos sintomas, a gente oferta o acompanhamento para o atendimento de saúde.

João Gabriel: Respondendo à pergunta do Medronho em relação aos roteiros, todas as bases que a gente utilizou como subsídio para desenvolver os roteiros são pontuais, ou seja, cada registro é materializado no mapa por um ponto. Então, a partir desse registro a gente não consegue traçar rotas. O que a gente faz é, depois de receber essas bases, a gente tem uma etapa de análise espacial, de pós-processamento, em que a gente analisa a distribuição espacial desses pontos. Então, por exemplo, se a gente percebe que um logradouro, ao longo de todo ele, apresenta a sinalização de pessoas em situação de rua, a gente vai informar para a equipe que vai a campo que todo aquele logradouro deve ser visitado.

Andrea Pulici: À medida que a gente for conseguindo aprimorar esse questionário e a questão dos identificadores únicos dos trabalhos administrativos, tudo se torna mais fácil. Então, quando eu tenho uma base de dados, por exemplo, com CPF correto, é muito mais fácil fazer um cruzamento, inclusive uma mapa contínuo de deslocamento dessa população.

O presidente do IPP, Paulo Cesar Amendola, depois de agradecer aos presentes, encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.